

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.702 - MG (2019/0300959-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : **H I TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **RAFAEL DE LACERDA CAMPOS - MG074828**
 FABIANA DINIZ ALVES - MG098771
 GRAZIELA RESENDE CARVALHO SACRAMENTO
 FRANCA - MG086889
 MARIANA VELOSO OLIVEIRA SOUTO - MG144659
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE LAVRAS - MG**
SUSCITADO : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE LAVRAS - MG**
INTERES. : **PEDRO AFONSO MARCELINO**

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência suscitado por H I TRANSPORTES LTDA, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE LAVRAS - MG, no qual tramita os autos de sua recuperação judicial, do JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE LAVRAS - MG, no qual tramita a execução 0010451-50.2018.5.03.0065 movida por PEDRO AFONSO MARCELINO.

A suscitante postulou, em razão da competência universal do juízo da recuperação para decidir as questões tendentes a afetar o patrimônio da empresa recuperanda, a suspensão das execuções em trâmite na Justiça do Trabalho, bem assim a declaração da competência do Juízo Estadual suscitado.

É o breve relatório.

Passo a decidir o pedido liminar.

Deferido o processamento da recuperação judicial (0174364-15.2012.8.13.0382), a competência do juízo do trabalho limita-se a liquidar o crédito trabalhista, que deverão, após, serem habilitados no juízo da recuperação.

Assim, havendo o juízo do trabalho suscitado praticado ato executório na execução do crédito trabalhista acima referido, faz-se necessária a suspensão.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para determinar a suspensão de quaisquer atos constritivos eventualmente realizados exclusivamente contra H I TRANSPORTES LTDA, em recuperação judicial, bem como que o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE LAVRAS - MG se abstenha de praticar novos atos constritivos na execução 0010451-50.2018.5.03.0065 em relação à empresa suscitante, vedando, ainda, a movimentação e liberação de eventuais valores já constritos até que seja julgado por esta Corte o presente conflito de competência.

Designo, de outro lado, o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE LAVRAS - MG para decidir, provisoriamente, acerca das medidas urgentes porventura requeridas ou que se fizerem necessárias, na esteira do disciplinado no art. 955 do CPC/2015.

Comuniquem-se, com urgência, as autoridades judiciárias em conflito, oficiando para que prestem informações no prazo de 10 (dez) dias (CPC/2015, art. 954).

Intime-se o Administrador Judicial, Sr. Heitor Sebastião Ribeiro, com endereço na Rua Firmino Sales, nº 270, Sala 02, Centro, Lavras/MG, CEP: 37.200-000, tel.: (35) 3822-4609, para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste esclarecimentos sobre o andamento da recuperação, bem como sobre os créditos de PEDRO AFONSO MARCELINO na reconhecidos execução 0010451-50.2018.5.03.0065 em trâmite na 1ª Vara do Trabalho de Lavras/MG.

Após, dê-se vista ao MPF (RISTJ, arts. 64, V e XIII, e 198).

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator